

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Conselheiros do  
**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP 11**  
Fortaleza - CE

Examinamos os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do Conselho Regional de Psicologia – 11ª Região (CRP-CE), levantados em 31 de dezembro de 2013, e a respectiva Demonstração das Variações Patrimoniais referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis de acordo com as normas internacionais adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião.**

### **Base para abstenção de opinião**

Não recebemos respostas de circularizações das instituições financeiras com os quais a entidade mantém operações. Entretanto, a documentação apresentada não atende integralmente aos requisitos da NBC TA 501 - "Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados" quanto aos procedimentos mínimos para evidenciação dos nossos testes de auditoria. Apesar de examinarmos alternativamente os respectivos extratos bancários, não podemos afirmar sobre a inexistência de possíveis passivos, garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registrados pela entidade em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a entidade possui registrado o valor de R\$ 336.913 sob a rubrica de dívida ativa executiva e administrativa. A Administração da Entidade não dispõe de análises, bem como de documentações suportes correspondentes à totalidade desses saldos junto ao departamento de cobrança, a posição atual sobre as providências de cobrança adotadas em relação às pendências citadas com base nos pareceres jurídicos, e que se inclua a menção sobre a forma de cobrança das anuidades já vencidas através do relatório financeiro. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises, políticas de cobrança, evidência jurídica e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

A entidade não possui controle patrimonial analítico adequado para os bens que componentes do ativo imobilizado que em 31 de dezembro de 2013 totalizada R\$ 261.517, bem como não registrou depreciação acumulada sobre os bens no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Conforme definido pela NBC TSP 16.9, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada de cada bem. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos de auditoria concluir sobre a existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

Em virtude da falta de confirmação dos assessores jurídicos (circularizações) efetuadas com os advogados da entidade, não foi possível nos assegurarmos sobre a existência ou não de possíveis contingências não registradas em 31 de dezembro de 2013.

No exercício de 2013, é devido a Cota Parte do Conselho Federal de Psicologia, os créditos a transferidos efetuados previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971, considerando a cota-parte, cota-revista e fundo de seções. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, em virtudes da falta de confirmação das operações entre o Conselho Regional e o Conselho Federal (circularização) e, de acordo com os requisitos da NBC TA 501 – "Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados", quanto aos procedimentos mínimos para evidenciação dos nossos testes de auditoria, efetuamos testes substantivos alternativamente com o respectivo balancete do Conselho Federal, apresentando a diferenças, conforme apuramos a seguir:

Recargas Orçamentárias	Previsão Atualizada CFP	Recargas Realizadas CFP	Balancete CRP	Diferença
<b>COTA PARTE</b>	<b>R\$ 421.819,82</b>	<b>R\$ 451.082,11</b>	<b>R\$ 597.917,17</b>	<b>-R\$ 146.835,06</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 421.819,82	R\$ 451.082,11	R\$ 597.917,17	-R\$ 146.835,06
<b>COTA REVISTA</b>	<b>R\$ 105.454,95</b>	<b>R\$ 111.809,72</b>	<b>R\$ 105.454,95</b>	<b>R\$ 6.354,77</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 105.454,95	R\$ 111.809,72	R\$ 105.454,95	R\$ 6.354,77
<b>FUNDO DE SEÇÕES</b>	<b>R\$ 23.381,00</b>	<b>R\$ 17.295,70</b>	<b>R\$ 45.159,36</b>	<b>R\$ 27.863,66</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 23.381,00	R\$ 17.295,70	R\$ 45.159,36	R\$ 27.863,66

A Entidade, não apresentou as conciliações das diferenças apuradas para adequação dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a realização dos saldos e confirmações (circularizações), registrados em 31 de dezembro de 2013.

Devido a relevância do assunto no parágrafo “Base para abstenção de opinião” e em conformidade com as NBCs TA 580 e 705, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião de auditoria sobre a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e o seu resultado das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

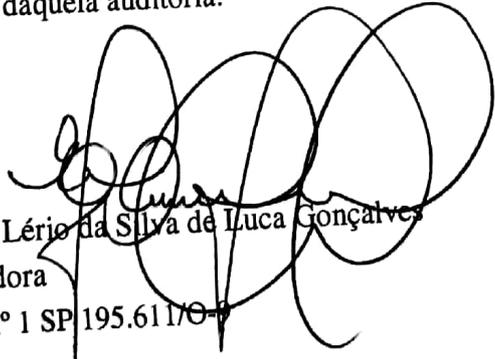
Os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais foram apresentados de forma comparativa com o exercício de 2012. A utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme a portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, ocorrerá em 2014. A Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012 alterou a Portaria nº 437, de 12 julho de 2012 e Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011. O artigo 8º, da Portaria nº 437, passou a vigorar com a seguinte redação: “As partes IV (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP) deverão ser adotadas por todos os entes da Entidade até o término do exercício de 2014”. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, sendo que não tivemos acesso à documentação de trabalho daquela auditoria.

Fortaleza, 11 de agosto de 2014.

**PARTWORK**  
**Auditores Independentes**  
**CRC nº 2 SP 026625/O-6**

  
Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves  
Contadora  
CRC nº 1 SP 195.611/O-7

## Revisão dos procedimentos contábeis e de controles internos das demonstrações encerradas em 31/12/2013

### Introdução

Efetuamos a revisão dos procedimentos contábeis e de controles internos aplicados na elaboração das demonstrações contábeis para avaliar se são suficientes para gerar a situação patrimonial e de resultado que deve ser retratada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Trabalhos desenvolvidos

#### Amostragem

A amostragem de nossos trabalhos foi determinada para obtermos o pleno conhecimento das principais contas patrimoniais e de resultado, efetuando-se testes específicos nas contas que foram preestabelecidas para os serviços realizados no corrente mês, visando obter um grau de confiabilidade satisfatório.

#### Recomendação para melhoria

### Classificação de prioridade para as recomendações levantadas

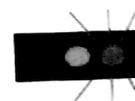
**Risco Alto:** questões fundamentais e materiais para o seu sistema de controle interno. Acreditamos que essas questões pode significar que você não cumprir o objetivo do sistema ou reduzir (mitigar) um risco **Atenção poderá ocorrer em opinião no parecer (ressalva ou parecer adverso).**



**Risco Médio:** questões que têm um efeito importante sobre os controles internos, mas não precisa de ação imediata. Você ainda pode encontrar um objetivo do sistema, no todo ou em parte, ou reduzir (mitigar) o risco de forma adequada, mas a fraqueza permanece no sistema.



**Risco Baixo:** questões que, se corrigido, melhorar o controle interno em geral, mas não são vitais para o sistema global. Estes são geralmente questões de boas práticas que sentimos iria beneficiá-lo se você apresentou.



## Sumário dos assuntos contábeis e Pontos de melhorias nos controles internos identificados

### 1. Aplicações Financeiras (Popança) – ausência de planilha sobre o cálculo dos rendimentos

A Entidade não possui uma planilha de acompanhamento ou controle dos rendimentos das aplicações financeiras.

A falta de acompanhamento e controle das aplicações financeiras pode acarretar distorções nos números contábeis e lançamentos errôneos de rendimentos.

**Comentários da Auditoria: Risco baixo.** A Entidade deverá efetuar os procedimentos de acordo com as normas vigentes aplicáveis ao Setor Público em Nota Explicativa além de um instrumento de melhoria dos controles internos e ciência do Conselho com relação aos relatórios gerenciais sobre os resgates de aplicação financeira. Não observamos a divulgação sobre os limites, parâmetros utilizados e condições de proteção e prudência financeira, conforme o Art. 43 da Lei Complementar nº 101/00. Entendemos que as normas contábeis geralmente aceitas, determina, a divulgação de caixa e equivalentes de caixa, incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### 2. Manter atualizado e arquivado o cartão de assinaturas junto às Instituições financeiras

A relação de procuradores autorizados a movimentar contas correntes da Entidade não foi apresentada até o término de nossos exames. Segundo informações do pessoal interno, o cartão de assinatura encontra-se em poder das instituições financeiras, onde a Entidade não mantém cópias das atualizações dos procuradores autorizados (Tesoureiros) a movimentar as contas correntes.

A manutenção de tal procedimento poderá expor a Entidade a movimentações indevidas de suas operações por pessoas não autorizadas.

**Comentários da Auditoria Risco: Risco baixo.** Não interfere na opinião do Parecer, apenas para melhoria dos controles internos e ciência do Conselho sobre os controles existentes.

### 3. Anuidades – Ausência de relatório financeiro

Efetuamos o cruzamento entre o saldo contábil com os relatórios suportes (planilhas eletrônicas no Excel), porém o relatório do sistema financeiro não foi apresentado.

Recomendamos que seja verificada, junto ao departamento de cobrança, a posição atual sobre as providências de cobrança adotadas em relação às pendências citadas com base nos pareceres jurídicos, e que se inclua a menção sobre a forma de cobrança das anuidades já vencidas, visando à melhoria dos controles internos da Entidade.

Cumpramos esclarecer, que para a contabilidade, a recomendação viabiliza garantir a exatidão das informações, o total da posição deve ser comparado com o saldo da conta de controle do razão geral, e os itens componentes de cada saldo devem ser conferidos com os registros subsidiários.

Recomendamos que seja elaborada a composição analítica do financeiro (sistema) das anuidades a receber saldos a receber, a fim de suportar o saldo contábil na data base das demonstrações contábeis.

***Comentários da Auditoria Risco: Risco alto. Opinião do parecer com ressalva, sobre os controles existentes. Durante nossos exames, apresentados os controles elaborados por razão contábil. Entendemos que para melhoria, o setor responsável pela cobrança deverá encaminhar ao setor responsável pela contabilidade, relatórios mensais (sistema financeiro), contendo a movimentação em cobrança para registro das anuidades a receber do exercício atual e exercícios anteriores visando o controle sobre os valores de anuidades, multas de infrações, eleições até o encerramento de cada exercício determinando a política dos valores acrescidos em atualização monetária, que encontram-se em aberto, em cobrança administrativa e Dívida Ativa, respeitando o Regime da Competência para escrituração e reconhecimento das receitas, pertencentes ao exercício financeiro***

#### **4. Implantar manual de normas e procedimentos internos na área de cobrança**

Atualmente o departamento de cobrança não dispõe de um manual de normas e procedimentos operacionais e de controles internos.

O manual é importante e constitui em instrumento efetivo para redução de custos e das dúvidas no tocante a operacionalização dos processos do CRP-11, em eventuais rotatividades de empregados e falta de treinamento para a realização das rotinas diárias. A estruturação de um manual de procedimentos padronizado deve documentar, de forma detalhada e de fácil compreensão, o conjunto de rotinas, procedimentos e formulários, em vigor.

Essa documentação deve abranger representações gráficas, esclarecidas por comentários descritivos a respeito do funcionamento das áreas administrativas e a definição de metas estabelecidas e conter:

- o organograma da CRP-11 com clara definição do grau de responsabilidade e autoridade das funções;
- descrição das atividades a serem desenvolvidas até o nível de seção;
- indicação dos relatórios e da natureza das informações a serem produzidas por cada setor para uso dos diretores e dos funcionários graduados no desempenho de suas funções;
- especificação das datas-limite para a apresentação de tais relatórios e informações;
- definição das principais diretrizes contábeis e da função de todas as contas constantes do plano de contas, abrangendo inclusive as normas básicas de controle;
- codificação de modo a permitir uma rápida localização dos diversos assuntos e possibilitar recebimento de novas inserções à medida que forem se desenvolvendo os controles internos e os procedimentos contábeis;

Recomendamos conter, em cada capítulo, uma breve descrição da natureza da operação, dos controles internos a serem obedecidos, dos procedimentos contábeis a serem adotados e a indicação dos tipos de relatórios e a natureza das informações a serem produzidas e fixação de período/datas para elaboração dessas informações

## 5. Ativo imobilizado – Ausência de depreciação

A Entidade não possui controle patrimonial analítico adequado para os bens componentes do ativo imobilizado que em 31 de dezembro de 2013 totalizava o montante de R\$ 261.517. Deste montante, R\$ 86.900 são relativos ao imóvel sede, onde a entidade não registrou depreciação acumulada sobre os bens no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil do bem. Dessa forma, não foi possível através de procedimentos adicionais de auditoria concluir quanto à existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

A administração da Entidade, não vem registrando a os cálculos da depreciação, incorridos no exercício de 2013, dos bens que compõem o ativo imobilizado em desacordo, a NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NBC T 16.9 – Depreciação, amortização e exaustão

*“Depreciação: a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”.*

*“Valor depreciável, amortizável e exaurível: o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual”.*

*“Os métodos de depreciação, amortização e exaustão devem ser compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente”.*

*“A depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos”.*

As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de imobilizado, em nota explicativa:

a) *o método utilizado, a vida útil econômica e a taxa utilizada;*

b) *o valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no início e no fim do período;*

c) *as mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, método e taxa utilizados;*

**Comentários da auditoria: risco alto.** Recomendamos a verificação do procedimento adotado a fim de possibilitar à correta apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras aplicadas no setor público.

## 6. Fornecedores – Ausência de relatório financeiro por duplicatas e vencimentos

A Entidade não apresentou a composição analítica das contas fornecedores a pagar com data base de 31/12/2013 composta pelas suas respectivas duplicatas e vencimentos, cujo o montante perfaz em R\$ 28.851.

## 10. Implantar política de cargos e salários

Constatamos a inexistência de critérios formalizados que permitam de forma adequada definir com qual parâmetros foram utilizados do salário de cada um dos funcionários da Entidade.

## 11. Previsão orçamentária para os próximos anos de 2014

Não recebemos até o encerramento de nossos exames, a previsão orçamentária para os anos de 2014.

Entendemos que a elaboração do fluxo de caixa projetado, tem como objetivo fundamental do planejamento orçamentário é demonstrar a posição em que a Entidade deseja estar situada no futuro. O controle propicia meios para a análise e eventuais futuras correções dos resultados alcançados, mensurados em relação ao que foi previsto.

Para tanto, seria necessária a elaboração de demonstrações financeiras projetadas que apresentariam toda a gama de itens de receitas e despesas (demonstração de resultado), bem como de ativos e passivos. Complementando essas projeções, seria necessário, ainda, o exame das operações em termos de fluxo financeiro, demonstrado pelo orçamento de caixa.

A adoção de orçamentos visa, portanto, colocar à disposição da administração os elementos básicos para a tomada de decisões e propiciar o controle da situação econômico-financeira da ENTIDADE a fim de:

- reduzir custos financeiros e operacionais;
- otimizar a captação e aplicação de recursos e
- comparar a real rentabilidade do capital investido com a esperada.

A ausência de orçamentos e controles das operações pode ocasionar tomada de decisões inviáveis, com prejuízos financeiros para a Entidade.

## 12. Cota Parte devida ao CFP – Diferença

Ao confrontarmos a posição do balancete em 31/12/2013 com os registros da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções devedores da auditada (CFP), constatamos as seguintes divergências:

Recitas Orçamentárias	Previsão Atualizada CFP	Recitas Realizadas CFP	Balancete CRP	Diferença
<b>COTA PARTE</b>	<b>R\$ 421.819,82</b>	<b>R\$ 451.082,11</b>	<b>R\$ 597.917,17</b>	<b>-R\$ 146.835,06</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 421.819,82	R\$ 451.082,11	R\$ 597.917,17	-R\$ 146.835,06
<b>COTA REVISTA</b>	<b>R\$ 105.454,95</b>	<b>R\$ 111.809,72</b>	<b>R\$ 105.454,95</b>	<b>R\$ 6.354,77</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 105.454,95	R\$ 111.809,72	R\$ 105.454,95	R\$ 6.354,77
<b>FUNDO DE SEÇÕES</b>	<b>R\$ 23.381,00</b>	<b>R\$ 17.295,70</b>	<b>R\$ 45.159,36</b>	<b>R\$ 27.863,66</b>
CRP - 11ª Região - Ceará	R\$ 23.381,00	R\$ 17.295,70	R\$ 45.159,36	R\$ 27.863,66

**Comentários da Auditoria: Risco alto.** Recomendamos a verificação do ocorrido a fim de que os saldos contábeis estejam suportados por confirmação de saldos (circularização), bem como a explicação regularização das diferenças apontadas na data base em 31/12/2013 além da divulgação em nota explicativa.

## Observações para melhoria de controles

As observações apresentadas a seguir, referem-se aos itens que devem ser objetos de regularização de melhorias de controles:

### **1. Revisão periódica de Controles Internos**

A Gerência do CRP (Conselho Regional de Psicologia) é responsável por projetar, implementar e monitorar o sistema de controles internos.

Revisões somente são executadas de forma improvisada.

Qualquer sistema, independentemente de sua solidez fundamental, pode deteriorar se não revisado periodicamente. O sistema de controles internos deve ser continuamente monitorado para determinar se:

- a) as políticas e procedimentos estabelecidos estão sendo executados corretamente;
- b) mudanças nas condições operacionais tornaram os procedimentos incômodos, obsoletos ou inadequados; e
- c) medidas corretivas eficazes são prontamente tomadas quando falhas no sistema aparecerem.

Recomendamos que o CRP (Conselho Regional de Psicologia) nomeie pessoal apropriado para revisar a contabilidade e controles administrativos, o que inclui sistemas e procedimentos para fornecer segregação apropriada de tarefas. Essas revisões ajudarão a assegurar a proteção de ativos e o recebimento de dados financeiros materialmente precisos e confiáveis.

### **2. Proceder adequada segregação de funções**

A organização e a segregação de funções, maneira pela qual a administração delega autoridade e responsabilidades, devem constituir-se em elementos efetivos de controle.

Um dos mais importantes princípios de controles internos estabelece que as funções devem ser atribuídas às pessoas de modo que nenhuma delas possa controlar isoladamente todas as fases de processamento de uma transação, sendo assim, apresentamos casos onde esse princípio não foi plenamente atendido:

- o responsável pelo contas a receber (anuidades) também controla o contas a pagar;
- a responsável pela confecção da folha de pagamento, tem autonomia para efetuar inclusões, exclusões, alterações e conferência dos cálculos.

Uma adequada segregação de funções estabelece o aumento da efetividade dos controles preventivos e detectivos quanto a erros ou omissões.

### **3. Solicitar aos advogados do CRP 11 para prepararem relatórios periódicos (mensais) sobre a situação das anuidades em atraso, dívida ativa administrativa e executiva em atraso, bem como sobre as correspondentes medidas judiciais adotadas**

A preparação desses relatórios possibilitaria à administração e ao setor de cobrança o acompanhamento das providências tomadas relativas à inadimplência e a estimativa dos prejuízos que poderão advir quando da realização final dos créditos da Entidade, base para a constituição da necessária provisão.

## Revisão dos Procedimentos Internos do Processo de Compras e Contas a Pagar sobre os contratos de serviços prestados

### Introdução

Efetuamos a análise dos procedimentos de controles internos aplicados pelos departamentos de compras e contas a pagar, quanto à realização das operações de compra de serviços, materiais e ativo imobilizado e seus pagamentos, além da inclusão dos registros na contabilidade.

### Objetivo

Nosso trabalho teve como objetivo a revisão do conjunto de métodos, normas e medidas adotadas pela entidade, visando obter conhecimento dos procedimentos e controles internos atualmente adotados, a fim de averiguar se estes são aplicados de forma adequada e satisfatória, no sentido de proporcionar segurança aos aspectos de salvaguarda do patrimônio da entidade.

Os comentários sobre os pontos identificados no presente relatório não representam uma garantia quanto à inexistência de outras irregularidades que poderiam ser identificadas por meio de exames mais detalhados, uma vez que nosso trabalho foi determinado com base em amostragem de casos extraídos da contabilidade.

### Programa de trabalho

Utilizamos os seguintes procedimentos para efetuar o planejamento e a execução dos exames:

#### Determinação da amostragem

Conforme **Anexo I**, utilizamos como base para nossa amostragem o razão de despesas e do ativo imobilizado do período de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2013, gerado pelo departamento contábil. Selecionamos nossa amostragem para a verificação dos procedimentos:

Análise de contratações e cotações de preços para materiais e serviços (custo incorrido e despesas administrativas), verificando:

- ✓ Contrato de prestação de serviços;
- ✓ Edital da licitação;
- ✓ Modalidade do processo de contratação;
  - I – Dispensa de licitação;
  - II – Inexigibilidade de licitação;
  - III – Concorrência;
  - IV – Tomada de preços;
  - V – Carta convite;
  - VI – Pregão;
- ✓ Apuração das cotações e de pesquisa de Mercado;
- ✓ Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro;
- ✓ Modalidade da licitação;

- ✓ Aprovação do jurídico;
- ✓ Aprovação da comissão de licitação;
- ✓ Aprovação do gestor de contratos;
- ✓ Documentação do participante da licitação;
- ✓ A natureza do serviço em relação à operação da Entidade e evidência da prestação de serviço (existência);
- ✓ Os registros ao valor justo;
- ✓ O confronto da documentação suporte com o saldo contábil;

#### **Exames conceituais**

Efetuamos exames conceituais em pagamentos de despesas e custos, nos quais o objetivo principal era identificar inconsistências em relação ao processo normal da entidade. Esta análise teve por objetivo itens específicos, para os quais não foram necessariamente cumpridos todos os passos mencionados no item anterior. O referido exame também foi complementado com entrevistas com o pessoal interno em relação a eventuais dúvidas surgidas no processo.

#### **Pontos de relatório**

Na realização de nossos trabalhos, observamos os seguintes aspectos, passíveis de crítica, que devem ser objeto de ciência por parte da administração: